

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA: APRENDIZAGEM
INTEGRAL, SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE**

LUIZ LEANDRO ALVES DE CASTRO

**PARLAMENTO JOVEM:
Uma Experiência Transformadora**

**São Leopoldo
2018**

LUIZ LEANDRO ALVES DE CASTRO

**PARLAMENTO JOVEM:
Uma Experiência Transformadora**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação, pelo Curso de Especialização em Educação Jesuítica: aprendizagem integral, Sujeito e Contemporaneidade da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Ms. Francisco Juceme Rodrigues Nascimento

São Leopoldo

2018

PARLAMENTO JOVEM: UMA EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA

Luiz Leandro Alves de Castro, SJ¹

Francisco Juceme Rodrigues Nascimento²

Resumo: Pretende-se com este artigo refletir acerca do Programa Parlamento Jovem, programa de formação para a cidadania e política da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, enquanto espaço de formação de homens e mulheres para os demais. O trabalho envolve uma pesquisa com os estudantes do Colégio dos Jesuítas, da Rede Jesuíta de Educação, que participaram da experiência no ano de 2017. A partir dos referenciais teóricos em Hannah Arendt e Paulo Freire, constata-se que, enquanto experiência, o Parlamento Jovem oferece uma visão de política como espaço cuidado do outro e do mundo; desperta nos jovens o desejo de ser mais, não para si, mas para os demais. De igual modo, constata-se que o Parlamento Jovem possibilita experiências transformadoras e profícuas mais que as teorias vistas em sala de aula, tendo como parâmetro a linha pedagógica inaciana.

Palavras-chave: Parlamento Jovem. Experiência Transformadora. Ser mais para os demais.

1 PARLAMENTO JOVEM: ABRANGÊNCIA NACIONAL

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1990) de 1988 fez com que a Democracia brasileira assumisse novos rumos no que tange a participação política. No próprio artigo catorze, do capítulo quarto da referida Constituição, percebe-se que há outros elementos de incidência política que extrapolam o voto direto e secreto, tais como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Esta prerrogativa constitucional instiga os estados e os municípios a pensarem e a proporem ações que aproximem a participação popular nas instâncias de decisão. Além disso, provoca-os também a proporem projetos e ações que promovam a educação para a democracia. Nota-se, portanto, que aos estados e aos municípios não se trata somente de exercer aquilo que é próprio da representatividade política, mas também de propiciar caminhos de participação popular de políticas públicas para o bem comum.

1 É Jesuíta. Coordenador de Formação Cristã do Colégio dos Jesuítas. Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. E-mail: leandroalves@msn.com.

2 Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. E-mail: franjucer@yahoo.com.br.

É sob esse contexto que nasce o Parlamento Jovem (PJ). Este, hoje, faz-se presente em muitas Assembleias Legislativas brasileiras. Enquanto projeto de educação para a democracia e cidadania, o PJ atinge, como público alvo, estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e privadas.

O projeto, em si, abrange uma série de atividades compostas por palestras, debates, fóruns de discussão, visitas à casa legislativa, com o intuito de levar os estudantes implicados a conhecerem e se apropriarem da dinâmica e funcionamento de um Parlamento. O PJ pretende ser uma inserção desses estudantes naquilo que é próprio da função de um deputado. Possibilita ao estudante a vivência do processo legislativo e da liderança, capaz de, numa posição representativa, colocar-se a serviço de seu povo.

O PJ tem duração de aproximadamente um ano e propõe-se, ao final da experiência, levar os estudantes a apresentarem um projeto de lei ao Legislativo.

Enquanto ação que educa para a cidadania e democracia, o PJ coaduna com o apelo constitucional salientado inicialmente, porque coloca o jovem no centro da aprendizagem de um modo prático e experiencial, apropriando-se de sua condição de cidadão na participação do processo democrático.

2 PARLAMENTO JOVEM DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS

No estado de Minas Gerais, o PJ, ao longo de suas edições, possui algumas nuances que conferiram gradativo aperfeiçoamento ao programa. Em 2003, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) firmou uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas), por meio do curso de Ciências Sociais, com o objetivo de criar uma atividade de educação para a cidadania, que envolveria estudantes universitários e de ensino médio. Dessa parceria surgiu o Parlamento Jovem em Minas Gerais.

A primeira edição, em 2004, contou apenas com a presença de escolas da cidade de Belo Horizonte, além dos estudantes universitários que atuavam como monitores. Do êxito da experiência surgiram alguns questionamentos que resultaram numa mudança de perspectiva.

Naquela primeira edição, a atividade desenvolvia-se numa espécie de simulação das atividades do Parlamento. Sob o caráter de avaliação dos parceiros, viu-se que não se trata que os estudantes “representem o personagem”, mas de que atuem, enquanto cidadãos (CASTRO; DUARTE; KELLES, 2012).

Dessa forma, o PJ assumiu novo caráter, inspirado no modelo dos seminários do legislativo realizados pela ALMG, que se compreende da seguinte maneira:

Nesse evento, órgãos públicos e entidades da sociedade civil, vinculados a um tema específico, reúnem-se para discutir e elaborar propostas de ação para o poder público e subsidiar ações ou proposições legislativas. Depois das etapas de elaboração, discussão, priorização e aprovação das propostas, os participantes entregam as propostas coletivamente construídas à Assembleia Legislativa, que, por sua vez e por meio das comissões temáticas, dá a elas o encaminhamento devido. (CASTRO; DUARTE; KELLES, 2012, p. 22).

O PJ permaneceu em Belo Horizonte até o ano de 2009. Em 2010, o projeto expandiu-se a outras cidades do interior do estado, modificando, assim, o seu nome para Parlamento Jovem de Minas.

Hoje, o processo de atividades do projeto encaminha-se nas seguintes etapas:

Preparação: Os estudantes do ensino médio discutem e escolhem o tema da próxima edição. Representantes responsáveis pelo projeto nas Câmaras ingressantes fazem formação on-line e presencial (na ALMG). Em data posterior, todos os coordenadores dos municípios parceiros participam do Curso de Formação de Coordenadores, também na ALMG.

Implantação: Câmaras assinam Termo de Adesão ao PJ Minas, elaboram o planejamento das atividades nos municípios, definem quais serão as escolas participantes, mobilizam monitores e demais parceiros, como instituições de educação superior. Lançamento oficial do projeto em cerimônia na Câmara.

Etapa Municipal: Câmaras mobilizam os monitores e os estudantes do ensino médio das escolas escolhidas, que participam de um programa de formação. Os estudantes realizam a Plenária Municipal, onde discutem e votam um documento de propostas sobre o tema da edição, a ser encaminhado à Câmara. Algumas propostas são priorizadas e encaminhadas ao polo regional.

Etapa Regional: Em cada polo regional, estudantes discutem, elaboram e votam a priorização de propostas que comporão um documento consolidado do polo, a ser encaminhado à Coordenação Estadual.

Etapa Estadual: A Coordenação Estadual recebe os documentos de propostas dos polos. As propostas são consolidadas e divulgadas em um documento único, para estudos e debates pelos estudantes. Após os estudos feitos em cada município, os representantes eleitos por seus pares se encontram na Assembleia para discutir as propostas e elaborar um documento a ser encaminhado à Comissão de Participação Popular da ALMG. O objetivo é propor soluções e encaminhamentos ao Legislativo sobre

o tema da edição. A atividade é conduzida pelas equipes da PUC Minas e da Escola do Legislativo e das Áreas de Projetos Institucionais e de Consultoria Temática da ALMG (MINAS GERAIS, 2017).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Parlamento Jovem de Minas é marcado por um referencial teórico que coloca os participantes (coordenadores, monitores, professores e estudantes) numa perspectiva dialogal, em contato com o discurso diverso, que objetiva a construção da autonomia dos sujeitos implicados “(...) a educação deve fundar-se no diálogo, desenvolver-se a partir de processos coletivos de interação e visar à construção da autonomia” (CASTRO, 2017, p. 14).

Dentre os teóricos apresentados, o documento embasa-se no pensamento de Paulo Freire. A perspectiva freiriana de diálogo aponta para um carácter que subjaz “a própria natureza histórica dos seres humanos” (SHOR e FREIRE, 1986). Segundo os autores, é por meio do diálogo, enquanto postura necessária à nossa condição, que o ser humano se transforma cada vez mais em ser criticamente comunicativo. Assim exposto, na educação, o objeto a ser conhecido não é posse exclusiva de um dos sujeitos cognitivos, mas de todos os sujeitos implicados no diálogo:

O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo. Então, em vez de transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto (SHOR e FREIRE, 1986).

Os agentes implicados no PJ estabelecem suas relações mantendo a horizontalidade, propugnada por Freire, onde os sujeitos se constroem a partir da interação, da escuta, da fala, que visa confrontar o senso comum em prol de uma construção coletiva.

4 COLÉGIO DOS JESUÍTAS E PARLAMENTO JOVEM

Colégio dos Jesuítas é uma instituição filantrópica pertencente à Rede Jesuíta de Educação (RJE), da Província dos Jesuítas do Brasil (BRA). Enquanto obra de uma Ordem Religiosa da Igreja Católica, é regida pela pedagogia e espiritualidade inacianas, além dos documentos internos que balizam o seu modo de proceder. O Colégio dos Jesuítas é uma instituição privada e confessional e está alinhado às diretrizes do Estado, como se nota em seu Projeto Político Pedagógico (PPP):

O Projeto Político Pedagógico do Colégio dos Jesuítas se organiza a partir das orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1995), das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (2013), do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), da Base Nacional Curricular Comum (BNCC, em estudos preliminares) e das orientações dos órgãos legisladores de Minas Gerais, tudo de acordo com o modo específico da Companhia de Jesus de fazer educação, expresso em documentos e Projeto Educativo Comum da Rede Jesuíta de Educação (COLÉGIO DOS JESUÍTAS, 2017, p.1).

Ainda no PPP do Colégio dos Jesuítas, nota-se a sua preocupação numa formação integral “da pessoa toda e para toda a vida”, com o objetivo de levar o estudante “a participar e intervir, autonomamente, na sociedade”. A preocupação do referido PPP extrapola o âmbito meramente acadêmico e visa formar homens e mulheres comprometidos, compassivos, competentes e críticos:

Competentes, profissionalmente falando, têm uma formação acadêmica que lhes permite conhecer, com rigor os avanços da tecnologia e da ciência. Conscientes, além de conhecer-se a si mesmos, graças ao desenvolvimento de sua capacidade de interiorização e ao cultivo da vida espiritual, têm um consistente conhecimento e experiência da sociedade e de seus desequilíbrios. Compassivos, são capazes de abrir seu coração para serem solidários e assumirem o sofrimento que outros vivem. Comprometidos, sendo compassivos, empenham-se honestamente e desde a fé, e com meios pacíficos, na transformação social e política de seus países e das estruturas sociais para alcançar a justiça (COLÉGIO DOS JESUÍTAS, 2017, p. 4 *apud* NICOLÁS, 2013).

A formação integral propugnada pelo PPP do Colégio dos Jesuítas coloca o estudante no centro da aprendizagem. De igual modo, considera o currículo como “*ethos*”, conforme o Projeto Educativo Comum (PEC), da RJE. O currículo, portanto, “revela-se no cotidiano da escola, na sala de aula e fora dela” (PEC, 2016, p. 43, n 30).

Os elementos apresentados – a formação integral da pessoa, o estudante como centro da aprendizagem, o currículo como *ethos* – fazem com que o Colégio dos Jesuítas valorize experiências transformadoras, projetos e parcerias com outras instituições que possibilitem a formação de seus estudantes na sua integralidade. E é dessa maneira que desde o ano de 2010 o colégio participa do Parlamento Jovem, como espaço de formação para a cidadania de seus estudantes.

Essa parceria e incentivo para participação no PJ pelo Colégio dos Jesuítas dão-se como resposta a certa “atitude de desprezo, de asco ou nojo e ainda uma atitude de tédio” em relação à política (CORTELLA; RIBEIRO, 2001, p. 29). Cortella e Ribeiro (2001) defendem essas posturas dadas a uma errônea compreensão de se pensar política com a presença de um adversário, um inimigo. De igual modo,

quando é entendida como “política partidária ou acordos espúrios e da corrupção”. Toda essa problemática coloca em descrédito a dimensão política na vida de cada homem e mulher.

Cortella e Ribeiro (2001) apresentam-nos ainda algumas reflexões que vão ao encontro do objetivo, tanto do Colégio dos Jesuítas, quanto do PJ. Na verdade, eles nos apresentam um desafio a todos os educadores:

(...) na qualidade de educador: como seduzir as novas gerações a fazer política sem que os jovens necessitem de um adversário externo, mas estejam imbuídos de uma compreensão ética? Como trabalhar a ideia de política para que ela seja entendida como ápice da virtude do humano? (CORTELLA; RIBEIRO, 2011, p. 33)

Na verdade, o que se pretende com o Parlamento Jovem é, antes de tudo, além de uma formação ou educação para a cidadania, o retorno a uma noção de política que faça sentido aos jovens. A concepção arendtiana do sentido da política é marcada pela liberdade e pela pluralidade dos homens. A política, para a filósofa, trata da convivência entre diferentes (ARENDR, 1999, p. 21).

A tarefa a que se propõe o PJ é árdua, dado o contexto de descrédito e perda de sentido na política. Sontheimer, (1999, p. 9) na introdução do livro de Arendt, “O que é a política? ”, nos fala que essa perda de sentido na política deu-se a partir das experiências modernas do totalitarismo que são a forma mais extrema de desnaturação da política, pois suprime por completo a liberdade humana. Assim, pois, o resgate a uma noção de política que faça sentido aos jovens deve suscitar a autonomia, o agir livre e consciente da pluralidade.

É, nesse sentido, que este artigo pretende ser uma discussão a partir de uma pesquisa com os estudantes que participaram do Parlamento Jovem 2017. O objetivo desse trabalho de pesquisa é constatar que experiências, tais como o Programa Parlamento Jovem, colocam o estudante no centro do aprendizado e como ser aberto aos *magis* inaciano. Além disso, objetiva-se, a partir dos resultados, constatar que esta experiência contribui, enquanto formação política e cidadã, para um tipo de formação que leva o jovem para dentro da comunidade humana, enquanto “ser para os demais”.

5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS PÓS-PROGRAMA

A análise, portanto, tem como perfil dos entrevistados os estudantes que participaram do PJ 2017 pelo Colégio dos Jesuítas. Outro dado a ser mencionado é

que esses alunos são de baixa renda e são atendidos pelo colégio com bolsas de filantropia.

As perguntas abordadas no questionário foram de cunho qualitativo e abertas, com a intenção de que os estudantes expressassem suas opiniões e impressões. A pesquisa, enquanto elaboração de perguntas procurou estar alinhada aos modelos de pesquisa de opinião pública. Assim, o teor do questionário tem como horizonte uma perspectiva de médio prazo e aponta para dados referentes ao antes e ao depois do programa; mudanças de comportamento e de perspectivas, que apontem para a formação para a cidadania; e para aquilo que a pedagogia inaciana conceitua como ser mais para os demais.

No PJ 2017, pelo Colégio dos Jesuítas, participaram nove estudantes do Ensino Médio Integral Vespertino (EMIV), oriundos das três séries correspondentes a esse segmento. Entretanto, a pesquisa foi realizada somente com os que ainda estudam na instituição no ano de 2018, o que totaliza cinco estudantes.

Sobre a primeira e a segunda perguntas, em que se pedem a definição de cidadania e o que caracteriza a atitude de um bom cidadão, nota-se uma noção de agente comprometido com a sociedade e consciente de seu papel transformador nela. Como exemplo, salientam-se, respectivamente, as respostas dos estudantes E5 e E3: “Cidadania é a possibilidade de cada pessoa participar de decisões políticas de um determinado Estado”; “Um bom cidadão é aquele que respeita os direitos e deveres e age consciente dentro da sociedade”.

No que toca à questão se a opinião ou percepção de cidadania foi alterada após a participação do PJ, os participantes foram unânimes em responder que sim. Destaca-se, como exemplo, a resposta do estudante E1: “Sim, pois durante todo o projeto lidamos com diferentes opiniões, o que não é fácil, mas também não é impossível, e a equipe organizadora sempre colocava como princípio o respeito e o diálogo”.

Quando foram solicitados aos estudantes exemplos de formas de ações políticas e sociais que as pessoas podem fazer, os resultados apontam para uma incidência maior de participação do cidadão em projetos e em espaços de fiscalização e atuação em elaboração de propostas de lei. Destaca-se, portanto, a resposta do E5: “As pessoas podem participar da política atuando em centros comunitários de bairros, fiscalizando o que os parlamentares de sua cidade estão

fazendo na Câmara e até mesmo criando propostas de leis no site 'e-cidadania' do Senado Federal”.

Quando questionados sobre se sua forma de atuação como cidadão foi alterada após a participação do Programa Parlamento Jovem, nota-se que todos responderam afirmativamente. Frisa-se a resposta da estudante E3: “Sim, pois, após obter um melhor conhecimento sobre como posso atuar sendo cidadã, consigo reconhecer os meus direitos e participar de programas dentro da sociedade”.

Quando se indaga sobre a maior contribuição que o Programa Parlamento Jovem pôde proporcionar ao estudante, nota-se, de um modo geral, a compreensão do funcionamento do processo de formulação de leis e a importância do diálogo ante a presença das ideias contrárias para se chegar a uma síntese de lei. Acentuam-se, como exemplo, as respostas dos estudantes E1 e E5, respectivamente: “Trabalhar em grupo com opiniões bem contrárias e rever os atuais representantes que em muitas das vezes acabam não estão representando a população como deveriam”; “O Parlamento Jovem teve, em minha opinião, maior contribuição quando nos colocou para viver na pele as dificuldades que existem em se legislar no país, nos mostrando, assim, que a aprovação de uma lei é um processo longo e cheio de burocracias”.

Por fim, quando questionados sobre se estimulariam outros jovens a participarem do Programa Parlamento Jovem, as respostas foram unânimes em afirmar que sim. Menciona-se, como exemplo, a resposta do estudante E5: “Sim, devido a atual crise política em que vivemos, os jovens vem cada vez mais se distanciando da política e o Parlamento Jovem vem, em contrapartida, por meio da experiência de criarmos leis, nos mostrar que os jovens serão os legisladores do futuro e que nós vamos poder fazer a diferença”.

Segundo Alves e Silva (1992), para a análise da pesquisa de abordagem qualitativa é necessário apreender o significado da resposta dos entrevistados, interligando ao contexto em que eles se inserem e delimitando pela abordagem conceitual do pesquisador. Portanto, no que toca a composição dos resultados, “há a eleição de tópicos e temas, uma sequência de narrativa ancorada na literatura e nas próprias verbalizações dos sujeitos” (ALVES; SILVA, 1992).

A análise de conteúdo realizada permitiu verificar dentre as categorias apontadas, palavras-chave ou concepções que confluem com os objetivos

pretendidos inicialmente. As respostas trazem consigo elementos que nos permitem inferir a consistência do PJ, bem como os efeitos que a experiência provoca.

Pela entrevista, notou-se uma concepção de cidadania comprometida e consciente de seu papel dentro da sociedade, que fiscaliza seus representantes, mas que também atua nos espaços de decisão. Além disso, constatou-se que o espaço da política é marcado pela pluralidade de opiniões e que exige do sujeito a capacidade de diálogo. Pela última categoria, principalmente na resposta do E5, percebe-se o jovem como protagonista e corresponsável em poder fazer a diferença na sociedade. Essa perspectiva é confirmada pela literatura a que se embasa o PJ, com a pedagogia inaciana propugnada no PPP do Colégio dos Jesuítas.

Os resultados do PJ, a partir da pesquisa feita, contrapõem-se à lógica vigente e pragmática do que “cai ou não no vestibular”. Os efeitos recaem para a formação do ser humano em sua integralidade, enquanto ser corresponsável e capaz de diálogo. “Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substancialmente formar” (FREIRE, 1996, p. 32). Trata-se de uma experiência que proporciona a construção da autonomia dos sujeitos implicados:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 41).

As indagações de Paulo Freire, que são o referencial teórico do Programa Parlamento Jovem, compreendem um tipo de educação que privilegia o diálogo horizontal e coletivo entre educando e educador. Contrapondo-se a educação bancária, reforça a consciência do inacabamento do ser ou de sua inconclusão, que lança os sujeitos para dentro da comunidade humana.

A concepção de Hannah Arendt de educação, na obra *Entre o Passado e o Futuro* (1972), é marcada por terminologias que se interconectam e que transmitem uma visão esperançosa para o mundo: responsabilidade, amor, renovação:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em

vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDDT, 1972, p. 247).

É nesse sentido, que se nos aparece um desafio de propor um tipo de educação comprometida com a missão de introduzir, por um lado, as nossas crianças e jovens, ou seja, as novas gerações em nosso mundo e, por outro, possibilitar que a novidade que eles trazem consigo cheguem a ele:

Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é. Em todo caso, todavia, o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é (ARENDDT, 1972, p. 239).

O papel da escola e, mais especificamente, do professor é de garantir a iniciação ao mundo, que está em constante mudança, aos recém-chegados. Para Arendt, o educador além de ter o domínio dos conteúdos a serem ensinados, tem também que ser responsável pelo mundo, de tal modo que os recém-chegados aprendam e se encantem pelo mundo que os acolhe:

A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: - Isso é o nosso mundo (ARENDDT, 1972, p. 239).

Nessa perspectiva, para Arendt, a educação deve expressar aos nossos jovens o quanto amamos o mundo. Esse amor é marcado pela responsabilidade de apresentá-lo como ele o é. Assim, na sua expressividade, o ensino deve inspirá-los ao cuidado e, sendo bem acolhidos, provocar novidade, o imprevisto.

A partir do resultado da pesquisa e do aporte teórico em Arendt e em Freire, nota-se que a adoção de uma perspectiva de ensino em que se preocupe em cativar os estudantes pelo cuidado, responsabilidade e amor pelo mundo, como nos apresenta Arendt; e, ao mesmo tempo, provoque a curiosidade do saber ensinado, de tal modo que o estudante passe a se questionar e a questionar o significado do aprendido, enquanto sujeito situado no mundo, como nos apresenta Freire, são evidências descritivas de uma educação transformadora, porque colocam o sujeito no centro da aprendizagem e situado no mundo que o interpela. Conclui-se,

portanto, que uma educação transformadora encontra ressonância, como mostrou a pesquisa, em projetos e ações, tais como, o Parlamento Jovem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Parlamento Jovem, como se viu, proporciona a formação política e a formação para a cidadania. O processo de atividade em que os jovens participam é marcado pela pluralidade de pessoas e de ideias, pelo diálogo constante, visando um consenso para a aprovação de uma lei, a partir de uma realidade concreta que os interpela. O projeto possibilita uma concepção de política que confere sentido aos jovens, que retira preconceitos advindos do senso comum e os convida a uma reflexão crítica sobre a importância da política na vida de cada homem e mulher. Alinha-se aos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: a formação de pessoas com sensibilidade estética, política e ética (BRASIL, 2013, p. 107).

A sensibilidade estética aponta para capacidade para o espírito inventivo e para a criatividade, que se contrapõe a estruturas de padronização e auxilia o estudante a conviver com o diferente e com o imprevisível. A esfera política, por sua vez, compreende-se enquanto reconhecimento dos direitos humanos e o exercício dos direitos e deveres do cidadão. Este princípio expressa-se na busca pela equidade, no sentido de combater a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação. O princípio da ética conflui para uma ética da identidade à medida que se preocupa com a construção da identidade do indivíduo, na formação dos valores. Não se trata do ensino da moralidade dos valores abstratos, mas de criar condições para que as identidades se construam. (BRASIL, 1998).

O programa em si se relaciona também para com a missão dos colégios da Rede Jesuíta de Educação: “a formação de homens e mulheres para os outros, pessoas *competentes, conscientes, compassivas e comprometidas*” (PEC, 2016, p. 29, nº. 13).

Cabe aqui uma breve explicitação do que se compreende pelas quatro expressões que constituem a formulação mencionada no parágrafo anterior.

- (i) Competentes: Profissionalmente falando, têm uma formação acadêmica que lhes permite conhecer, com rigor, os avanços da tecnologia e da ciência.
- (ii) Conscientes: Além de conhecerem-se a si mesmos, graças ao desenvolvimento da capacidade de interiorização e ao cultivo da vida espiritual, têm um consistente conhecimento e experiência da sociedade e de seus desequilíbrios.
- (iii) Compassivos: São capazes de abrir seu coração para serem solidários e assumirem o sofrimento que outros vivem.
- (iv)

Comprometidos: Sendo compassivos, empenham-se honestamente e desde a fé, e com meios pacíficos, na transformação social e política de seus países e das estruturas sociais para alcançar a justiça (PEC, 2016, p. 30, n 14).

As escolas da Companhia de Jesus, em sua larga tradição e contínuo esforço de renovação, têm empreendido um tipo de formação, fruto do humanismo social cristão. Visa à formação de “homens e mulheres para os demais e com os demais” (PEC, 2016, p. 29, nº. 13). Esta missão está arraigada na continuação do projeto iniciado por Jesus Cristo, de salvar o gênero Humano (EE 102), promovendo a justiça, a liberdade, a verdade, o amor e, acima de tudo, a vida em abundância (ESCLARÍN, 2015).

A formação humana e cristã, portanto, justifica-se porque se propõe a ajudar os nossos estudantes a desenvolver todos os seus dons e potências, para que realizem sua vocação e alcancem a plenitude, segundo a proposta de Jesus, comprometida e interpelada pela realidade ao qual está inserido.

Os quatro C's sintetizam uma educação que compreende a integralidade da pessoa humana, ou seja, o pleno desenvolvimento dos dons à serviço dos demais. Expressam, de igual modo, a excelência humana que a Companhia de Jesus quer oferecer aos Jovens (COMPAÑÍA DE JESÚS, 2015).

O trabalho apresentado possibilitou verificar que experiências transformadoras, tais como o Programa Parlamento Jovem, que foge do simples conteudismo e das teorias vistas em sala de aula e abraça uma perspectiva do aprender-construindo em que coloca o estudante, como protagonista do aprendizado, possibilita, de um lado, o desenvolvimento dos três princípios da educação básica e, de outro, a formação humana e cristã propugnada pelos colégios da Companhia de Jesus expressa nos quatro C's.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma reflexão acerca do Programa Parlamento Jovem, enquanto experiência transformadora, que coloca o estudante no centro da aprendizagem. O trabalho apresenta outras formas de aprendizagem conferindo à sala de aula uma abertura além das quatro paredes, compreendida como espaço aberto e transformador para enxergar o mundo que aí está e dar sentido a ele. Este artigo não se encerra em si, mas se abre ao diálogo e a uma discussão, que contribua para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista**: uma proposta. Paidéia (ribeirão Preto), [s.l.], n. 2, p.61-69, jul. 1992. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x1992000200007>.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____, Hannah. **O que é Política?** Tradução de: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.

BARTELMÉBS, Roberta Chiesa. **Analisando os dados na pesquisa qualitativa**. Metodologias de estudos e pesquisas em educação III. Disponível em: <http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1453/1/Texto_analise.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 26 DE JUNHO DE 1998**. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. **O Parlamento Jovem e a experiência das escolas do legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados [manuscrito]**: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia. 2009. 106 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Processo Legislativo, Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3586>>. Acesso em: 31 maio 2018.

CASTRO, Ruth Schimitz de; DUARTE, Patrícia de Souza; KELLES, Eugênia Ferreira. A quem cabe a formação dos cidadão? In: MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (Org.). **Educação política da juventude**: a experiência do Parlamento Jovem. Belo Horizonte: Puc Minas, 2012. p. 17-29.

CASTRO, Ruth Schimitz de; FREITAS, Fernanda Machado. Educação em rede: o exemplo do Parlamento Jovem de Minas. In: CASTRO, Ruth Schimitz de. **Educação em rede**: o exemplo do Parlamento Jovem de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2017. p. 36. (Vamos falar sobre... Parlamento Jovem Minas; v. 1). Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/vamos-falar-sobre-pj-volume1.html>. Acesso em: 31 maio 2018.

COLÉGIO DOS JESUÍTAS (Minas Gerais). Rede Jesuíta de Educação. **Projeto Político-Pedagógico**. Juiz de Fora. 2017. 48 p.

COMPañÍA DE JESÚS (Roma). Secretaria de Educación. **La excelencia humana: Hombres y mujeres conscientes, competentes, compasivos y comprometidos**. 2015. Disponível em: <<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=1608>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CORTELLA, Mario Sergio. JANINE RIBEIRO, Renato. **Política: para não ser idiota**. Editora Papirus 7 mares. 7ª edição. 2011.

ESCLARÍN, Antonio Pérez. Pedagogías al servicio de la excelencia humana. **Cuadernos Cerpe de Pedagogía**, Caracas (Venezuela), n. 1, p.1-36, dez. 2015. Disponível em: <<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=1854>>. Acesso em: 31 maio 2018.

INÁCIO DE LOYOLA (Santo). **Exercícios espirituais**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (Org.). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Educação Para Cidadania. **Parlamento Jovem de Minas: 14ª edição**. 2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/2017/?albPos=1>. Acesso em: 31 maio 2018.

NASCIMENTO, Lizandra Andrade; GHIGGI, Gomercindo. **Pedagogia do mundo: afirmando o compromisso com a preservação e a renovação do mundo – diálogos com freire e arendt**. 2012. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1746/925>>. Acesso em: 31 maio 2018.

REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO. **Projeto Educativo Comum**. São Paulo: Loyola, 2016.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SONTHEIMER, K. (Introdução de) **O que é Política?** Tradução de: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.

ANEXO - 01**Questionário Aplicado – Parlamento Jovem**

Nome Completo

Data de nascimento

1. Para você, o que é cidadania?
2. Que tipo de atitude caracteriza um bom cidadão?
3. Você acha que sua percepção/opinião sobre cidadania foi alterada após participar do programa Parlamento Jovem? Se afirmativo, como?
4. Exemplifique algumas formas de ação política e social que as pessoas podem fazer.
5. Você acha que sua atuação como cidadão foi alterada após a sua participação no programa Parlamento Jovem? Justifique.
6. Você acha que o programa Parlamento Jovem despertou ou ampliou seu interesse sobre política? Como isso ocorreu?
7. Pessoalmente, qual a maior contribuição do Programa Parlamento Jovem?
8. Você estimularia outros jovens a ter a mesma experiência? Por quê?

ANEXO – 02

Questionários preenchidos

Questionário 1

Nome Completo: Weverton Ribeiro dos Santos.

Data de nascimento: 19/10/2000.

1. Para você, o que é cidadania? Cidadania é a pessoa que em sociedade cumpre com seus deveres e lutam pelos seus direitos que devem ser garantidos pelo Estado.
2. Que tipo de atitude caracteriza um bom cidadão? Viver de forma harmônica em sociedade respeitando os próximos.
3. Você acha que sua percepção/opinião sobre cidadania foi alterada após participar do programa Parlamento Jovem? Se afirmativo, como? Sim, pois durante todo o projeto lidamos com diferentes opiniões, o que não é fácil, mas também não é impossível, e a equipe organizadora sempre colocava como princípio o respeito e o diálogo.
4. Exemplifique algumas formas de ação política e social que as pessoas podem fazer. Criação de projetos com participação ativa da sociedade assim como o Parlamento Jovem, Câmara Mirim e outros.
5. Você acha que sua atuação como cidadão foi alterada após a sua participação no programa Parlamento Jovem? Justifique. Sem dúvidas. O projeto mudou muito minha forma de pensar, agir e respeitar os outros, além de reforçar o que é ser ético.
6. Você acha que o programa Parlamento Jovem despertou ou ampliou seu interesse sobre política? Como isso ocorreu? Não só despertou como ampliou. Durante o projeto aprendemos como funciona a criação de leis e tudo o que precisa até ela entrar em vigor. Aprendemos a importância de não se colocar sempre em primeiro lugar e sim pensar no coletivo e também a importância da participação dos jovens na política.

7. Pessoalmente, qual a maior contribuição do Programa Parlamento Jovem? Trabalhar em grupo com opiniões bem contrárias e rever os atuais representantes que em muitos das vezes acabam que não estão representando a população como deveria.

8. Você estimularia outros jovens a ter a mesma experiência? Por quê? Sim. Porque foi uma ótima experiência com diversos aprendizados.

Questionário 2

Nome completo: Ana Clara Azevedo Pereira

Data de Nascimento: 31/05/2002

1. Para você, o que é cidadania? Seria um conjunto de cidadãos com caráter.

2. Que tipo de atitude caracteriza um bom cidadão? Um cidadão que ajuda o próximo.

3. Você acha que sua percepção/opinião sobre cidadania foi alterada após participar do programa Parlamento Jovem? Se afirmativo, como? Sim, pois vi que muitas leis podem ser cumpridas por nós mesmo sem esperarmos o governo.

4. Exemplifique algumas formas de ação política e social que as pessoas podem fazer. Ação política acho que seria escolher um bom candidato, e a social fazer doações para irmãos necessitados.

5. Você acha que sua atuação como cidadão foi alterada após a sua participação no programa Parlamento Jovem? Justifique. Sim, aprendi a ajudar, e ouvir mais às necessidades dos outros

6. Você acha que o programa Parlamento Jovem despertou ou ampliou seu interesse sobre política? Como isso ocorreu? Sim, pois aprendi o caminho que uma proposta passa até virar lei e demais coisas.

7. Pessoalmente, qual a maior contribuição do Programa Parlamento Jovem? Ensaiar mais sobre política para os jovens que não se interessam pelo assunto, já que nós vamos escolher as próximas pessoas que vão representar o nosso país.

8. Você estimularia outros jovens a ter a mesma experiência? Por quê? Sim!

Questionário 3

Nome completo: Isabela Miguel Botezine

Data de Nascimento: 26/07/1999

1. Para você, o que é cidadania? Cidadania é o exercício dos direitos e deveres de um cidadão dentro de um estado.

2. Que tipo de atitude caracteriza um bom cidadão? Um bom cidadão é aquele que respeita os direitos e deveres e age consciente dentro da sociedade.

3. Você acha que sua percepção/opinião sobre cidadania foi alterada após participar do programa Parlamento Jovem? Se afirmativo, como? Sim, pois pude aprender um pouco mais sobre as normas da sociedade e como devo me portar diante delas.

4. Exemplifique algumas formas de ação política e social que as pessoas podem fazer. Acompanhar as audiências públicas, utilizar a ouvidoria pública do governo municipal, acompanhar os portais da transparência, solicitar o serviço de informação ao cidadão, etc.

5. Você acha que sua atuação como cidadão foi alterada após a sua participação no programa Parlamento Jovem? Justifique. Sim, pois após obter um melhor conhecimento sobre como posso atuar sendo cidadã, consigo reconhecer os meus direitos e participar de programas dentro da sociedade.

6. Você acha que o programa Parlamento Jovem despertou ou ampliou seu interesse sobre política? Como isso ocorreu? Sim, a partir das atividades desenvolvidas no projeto pude aprender mais sobre política e suas diversas áreas de atuação, o que me proporcionou um maior interesse sobre o assunto.

7. Pessoalmente, qual a maior contribuição do Programa Parlamento Jovem? Com o programa aprendi sobre todo o processo de formação de uma lei e suas etapas para ser aprovada.

8. Você estimularia outros jovens a ter a mesma experiência? Por quê? Sim, pois o projeto permite que os jovens atuem de forma direta à política, ouvindo-os e

permitindo-os a propor e debater leis, mostrando que eles podem e devem participar da vida política.

Questionário 4

Nome completo: Ronaldo Júnior Reis Pimentel.

Data de Nascimento: 14/04/2001.

1. Para você, o que é cidadania? Cidadania é cumprimento de deveres e leis da constituição.
2. Que tipo de atitude caracteriza um bom cidadão? O bom cidadão é aquele que vota consciente, que respeita outros cidadãos independentemente das diferenças, uma pessoa que seja honesta.
3. Você acha que sua percepção/opinião sobre cidadania foi alterada após participar do programa Parlamento Jovem? Se afirmativo, como? Sim. O parlamento mudou minha concepção de voto me mostrando a importância e o dever de cada função do parlamentar, ou seja, eu percebi que o presidente não decide nada sozinho
4. Exemplifique algumas formas de ação política e social que as pessoas podem fazer. Como nas ágoras onde os atenienses discutiam política e debates. Projetos como o Parlamento e a Câmara mirim são exemplos de política social onde se desenvolve um diálogo sobre problemas que acontecem na cidade.
5. Você acha que sua atuação como cidadão foi alterada após a sua participação no programa Parlamento Jovem? Justifique. Sim, sou mais consciente das minhas funções civis e social.
6. Você acha que o programa Parlamento Jovem despertou ou ampliou seu interesse sobre política? Como isso ocorreu? Gosto de falar de política em um nível mais amplo sendo difícil conversar com outras pessoas que possuam uma visão fanática e rasa, sendo com o parlamento mudou minha concepção em relação aos políticos onde devo pesquisar o melhor para me representar, fazendo eu fugir do senso comum em que todos os políticos são corruptos. E principalmente não dar tanta credibilidade para as manipulações da rede globo.

7. Pessoalmente, qual a maior contribuição do Programa Parlamento Jovem? Torna os jovens mais conscientes do processo burocrático na formulação de leis. Ajuda a desenvolver uma argumentação, a necessidade de fazer alianças, pois sozinho na política é impossível de passar as propostas.

8. Você estimularia outros jovens a ter a mesma experiência? Por quê? Sim. Porque os participantes aprendem as funções de cada parlamentar, a divisão dos três poderes e os participantes podem fazer um verdadeiro exemplo de política social onde ao fim do projeto são aprovadas algumas propostas a nível estadual.

Questionário 5

Nome completo: Matheus Campos Silva

Data de Nascimento: 09/08/2001

1. Para você, o que é cidadania? Cidadania é a possibilidade de cada pessoa participar de decisões políticas de um determinado Estado.

2. Que tipo de atitude caracteriza um bom cidadão? Um bom cidadão é aquele que participa e fiscaliza a política do meio em que vive.

3. Você acha que sua percepção/opinião sobre cidadania foi alterada após participar do programa Parlamento Jovem? Se afirmativo, como? Sim, apesar de anteriormente já ter um interesse por política, o projeto Parlamento Jovem fez com que eu buscasse a fundo como a política funciona na prática, por exemplo: a elaboração de leis, as estratégias políticas (alianças) que devem ser feitas para que um projeto avance e se torne de fato uma lei.

4. Exemplifique algumas formas de ação política e social que as pessoas podem fazer. As pessoas podem participar da política atuando em centros comunitários de bairros, fiscalizando o que os parlamentares de sua cidade estão fazendo na câmara e até mesmo criando propostas de leis no site "e-cidadania" do Senado Federal.

5. Você acha que sua atuação como cidadão foi alterada após a sua participação no programa Parlamento Jovem? Justifique. Sim, hoje em dia eu participo mais ativamente em reuniões de conselhos de bairro, vou a palestras sobre temas políticos, etc.

6. Você acha que o programa Parlamento Jovem despertou ou ampliou seu interesse sobre política? Como isso ocorreu? O Projeto ampliou meu interesse em política, já que por meio dele eu pude ver na prática o funcionamento da elaboração de uma lei.

7. Pessoalmente, qual a maior contribuição do Programa Parlamento Jovem? O Parlamento Jovem teve em minha opinião maior contribuição quando nos colocou para viver na pele as dificuldades que existem em se legislar no país, nos mostrando assim que a aprovação de uma lei é um processo longo e cheio de burocracias.

8. Você estimularia outros jovens a ter a mesma experiência? Por quê? Sim, devido à atual crise política em que vivemos, os jovens vêm cada vez mais se distanciando da política e o Parlamento Jovem vem em contrapartida, por meio da experiência de criarmos leis nos mostrando que os jovens serão os legisladores do futuro e que nós vamos poder fazer a diferença.